

A gestão das águas na bacia do ribeirão João Leite: uma análise dos aspectos político-econômicos a partir do SIG

Lucas Cardoso Moreira
Leonardo Martins

PIBIC-EM
CÂMPUS GOIÂNIA OESTE
leonardo.martins@ifg.edu.br

Palavras-chave: Gestão das Águas. Política das Águas. SIG.

Introdução

A bacia do ribeirão João Leite, localizada no estado de Goiás, próximo a região metropolitana da capital, é considerada de grande importância ambiental. Além de compor o Parque Estadual João Leite e uma Área de Proteção Ambiental, também utilizada como fonte de captação de água para agricultura, pecuária e abastecimento humano, sendo, portanto, fundamental para a economia e sustentabilidade da região. Frente a importância da área de estudo, seja para o desenvolvimento socioeconômico regional como para o equilíbrio ambiental, este relatório apresenta parte dos resultados da análise ambiental da bacia do ribeirão João Leite, a partir de do uso do SIG – Sistema de Informações Geográficas para sistematizar informações que possam auxiliar o processo de gestão territorial e ambiental.

Metodologia

Para o cumprimento dos objetivos propostos foram utilizadas técnicas de geoprocessamento, sendo o SIG a principal ferramenta para coletar, armazenar, tratar, analisar e integrar informações espaciais. Essas tecnologias já são amplamente utilizadas em diversas áreas que envolvem as atividades de planejamento e gestão.

Resultados e Discussão

A análise empreendida revelou uma realidade marcante nos municípios de Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Goianápolis, onde se evidencia uma intensificação preocupante da intervenção humana em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essa tendência destaca a urgência em direcionar esforços para equilibrar o desenvolvimento com a conservação ambiental nessas áreas críticas. Relatos de profissionais técnicos do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP) e do Reservatório do João Leite da SANEAGO, enfatizam uma série de práticas ilícitas, como pesca em desacordo com regulamentações e acampamentos clandestinos. Essas atividades ilegais têm sido associadas a impactos ambientais consideráveis, incluindo episódios de incêndios, ressaltando a necessidade de reforçar a fiscalização e educação ambiental.

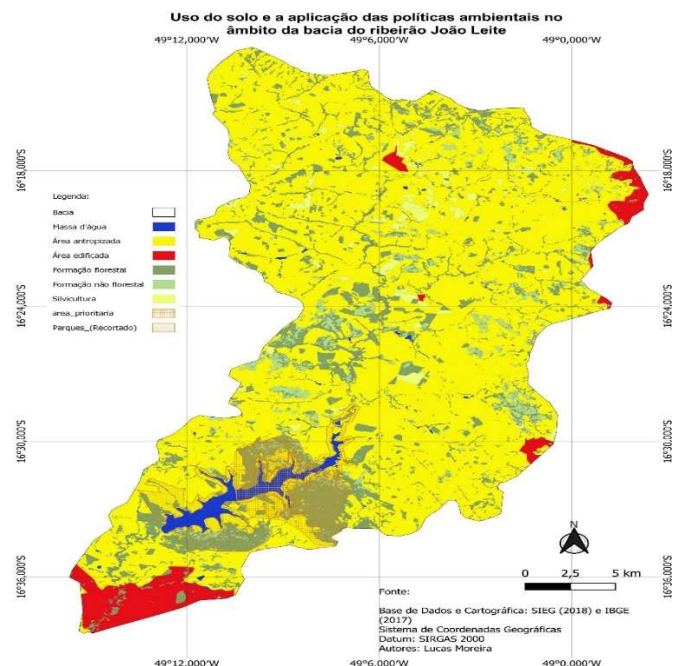


Figura 1 – Uso e ocupação do solo e as políticas ambientais na bacia do ribeirão João Leite

Conclusões

A técnica de geoprocessamento aplicada permitiu constatar que tanto as APPs quanto os Parques Estaduais PEJOL e PEAMP estão superpostos por atividades humanas, com a agricultura e pecuária se destacando como principais agentes modificadores. Essa sobreposição acende um sinal de alerta quanto aos prejuízos socioambientais potenciais que essa realidade implica. O desafio reside em adotar abordagens mais proativas, unindo ações de conservação e uso responsável do solo para preservar os ecossistemas e a qualidade de vida das comunidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

CÂMARA, G. CASANOVA, M. HEMERLY, Y. A., MAGALHÃES, G. MEDEIROS C. Anatomia de sistemas de informações geográficas. Campinas: Instituto de Computação, UNICAMP, 1996.